NossaAméricaNuestra

CUBA

WLADIMIR POMAR

NossaAméricaNuestra

CUBA

Revolução e reforma

WLADIMIR POMAR

Coleção
Nossa América Nuestra

Cuba: revolução e reforma

Wladimir Pomar

2016

O autor agradece a Valter Pomar
pela leitura dos originais,
bem como às sugestões bibliográficas
de Berta Fernandez e Roberto Regalado.
Evidentemente, nenhum deles
é responsável pelas conclusões do autor.

Wladimir Pomar

SUMÁRIO

Apresentação

A América Latina viveu, no último período, o que se poderia chamar de um "ciclo progressista", durante o qual a região conquistou avanços importantes. A maioria dos países tirou importantes contingentes da população da miséria, que alcançaram novos e mais altos níveis de renda e condições de vida. Em muitos casos, fortaleceu-se o mercado formal de trabalho e ampliaram-se os níveis salariais, com consequente melhoria na distribuição da renda. Novos programas econômicos, sociais, ambientais e culturais introduziram a região em um ciclo diferente de desenvolvimento, visando a superação do período neoliberal. A região deixou de ser o "pátio traseiro" dos Estados Unidos e obteve vários avanços no que se refere à integração regional. Em alguns desses países, houve avanços substantivos no reconhecimento de direitos de populações antes mar-

ginalizadas, como no caso dos indígenas. Também assistiu-se a importantes processos constituintes, que visaram consolidar os processos democráticos estabelecidos.

Mais recentemente, entretanto, temos assistido a uma verdadeira contra-ofensiva das direitas na região, o que tem levado muitos a debater a tese do "esgotamento" deste ciclo. Esta tese, no entanto, ganha significados distintos, quer se trate da análise das elites econômicas e políticas que visam retomar estes governos, quer seja feita pelos setores de esquerda, que ao observar os limites e equívocos desse processo o fazem na perspectiva de superá-lo e seguir avançando em seu projeto.

Visando contribuir com esse debate, a Fundação Perseu Abramo (FPA) lança a presente coleção, batizada de *Nossa América Nuestra*. Cada livro que a compõe, ao tratar de um país específico envolvido neste "ciclo" – mas sem perder de vista o contexto regional –, busca analisar seus processos políticos particulares, assinalando conquistas, impasses e desafios a serem respondidos. Contrapondo-se à ideia de "fim do ciclo" tal como é expressa pela direita, a coleção não deixa contudo de registrar as dificuldades para prosseguir com os avanços, em um momento em que a crise mundial do capitalismo desenvolvido faz com que a pressão econômica e política sobre a periferia do sistema se acirre.

Pensada para ser uma coleção que possa atingir a todos os públicos interessados, desde aqueles já versados no tema até os que buscam informações preliminares sobre o assunto, os volumes que a compõem possuem também um caráter paradidático, ao oferecer, em linguagem bastan-

te acessível mas sem abdicar da profundidade e da reflexão crítica, dados e análises relevantes para a compreensão da história política e dos processos atuais vividos pelos países latino-americanos e caribenhos.

A coleção *Nossa América Nuestra* integra um programa de estudos e pesquisas mais amplo da Fundação Perseu Abramo (FPA), que visa reunir e produzir dados, análises e interpretações sobre os processos e significados do que se convencionou chamar de "ciclo progressista" na América Latina. Deste programa participam estudiosos com longa trajetória acadêmica, profissional e/ou militante em relação à conjuntura da América Latina e Caribe. A Fundação pretende, assim, fomentar a investigação das dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais desse processo, em cada país e na região tomada como um todo, avaliando também suas implicações geopolíticas, seja no que se refere aos projetos de integração regional, seja no que tange a sua inserção na ordem internacional.

Certamente este debate, sobre o qual existe relativamente escassa bibliografia em nosso país, é fundamental e estratégico para nós, brasileiros, que somos parte indissociável desta região do mundo. Por essa razão, a FPA espera que esta coleção, sem a pretensão de responder a todas as questões envolvidas na complexa temática, possa ser de grande utilidade para os que desejam uma América Latina e Caribenha integrada, soberana, democrática e desenvolvida social e economicamente.

O presente volume, de autoria de Wladimir Pomar, trata da experiência de Cuba, cujo processo remonta a um

ciclo anterior, aquele que impulsionou revoluções entre o final dos anos 1950 até os anos 1970. Iniciada como uma luta anti-imperialista, a Revolução Cubana avançou para uma experiência socialista que – em meio a grandes dificuldades – sobreviveu à crise do "socialismo realmente existente" dos anos 1980-90, tendo sido durante muito tempo o único governo de esquerda da região. O livro resgatará esse processo, apontando os problemas e desafios atuais enfrentados pela Ilha, que não obstante suas particularidades históricas segue sendo uma referência para toda a esquerda latino-americana e caribenha.

Diretoria da Fundação Perseu Abramo

CAPITAL: Havana

TERRITÓRIO: A República de Cuba tem 109.884,01 km². É um arquipélago formado por mais de 1.600 ilhas e ilhotas, sendo a ilha de Cuba a maior do país e das Antilhas.

POPULAÇÃO: 11.281.000 habitantes (2015)

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO (por 100 habitantes, 2005-2010): 0,01[ALC: 1,16]

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (2000-2005): 77,2 anos [ALC: 72,1]

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO POR SEXO, em % (2012): homens: 3,4; mulheres: 3,6; ambos os sexos: 3,5 [ALC: ambos os sexos 6,4]

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS (15 anos e mais, 2012): 99,8 [ALC: 92,4]

GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO (% do PIB, 2010): 12,8 [Brasil: 5,8]

MÉDICOS EM CADA 1.000 HABITANTES (2013): 6,7 [Brasil: 1,9]

Obs:. *A sigla ALC entre colchetes informa, para efeitos de comparação, sobre esse indicador para América Latina e Caribe, no mesmo período. Em sua falta, colocamos o dado do Brasil.*

Fontes:

www.one.cu/aec2014/01%20Territorio.pdf

http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37647/S1420569_mu.pdf?sequence=1

Introdução

Cuba não é, certamente, um caso revolucionário único na América Latina, nem no mundo. Como vários outros povos, o cubano travou uma prolongada guerra revolucionária durante o século XIX, para livrar-se do jugo colonial espanhol e firmar sua independência nacional. Acrescente-se: uma campanha realizada em grande parte sob o impacto da guerra de independência dos Estados Unidos contra o colonizador inglês, segundo diversos historiadores cubanos.

Depois, à medida que os Estados Unidos se construíam como potência capitalista, colocando à mostra seu "Destino Manifesto" de tornar-se uma potência imperialista, os cubanos viram-se constrangidos a travar sua Grande Guerra, ou a "Guerra Necessária"(1895), como a chamou José Martí. Para livrar-se da subjugação semicolonial, ou neocolonial, o processo revolucionário da ilha caribenha retomou seu caráter nacional, acrescentando a ele o aspecto democrático republicano.

A combinação desses dois aspectos do processo revolucionário da sociedade cubana perdurou por quase 60 anos do século XX. Em seu curso ocorreram inúmeras tentativas de lutas armadas, intervenções e golpes militares que culminaram na vitória da luta guerrilheira e urbana do Movimento 26 de Julho em 1º de janeiro de 1959.

A partir daí, a revolução nacional anti-imperialista e democrática viu-se confrontada com a reação e o bloqueio estadunidense, assim como com a oposição feroz dos setores sociais e políticos conservadores e reacionários da sociedade cubana. Reação e oposição que empurraram a revolução, para sobreviver e se consolidar, a avançar rapidamente no rumo socialista, embora tal horizonte não fizesse parte dos objetivos proclamados da luta armada vitoriosa, nem houvesse clareza teórica alguma de como isso poderia se dar.

Essa transformação da natureza do processo revolucionário cubano teve seu ponto fulcral na tentativa fracassada de invasão da ilha por tropas mercenárias, apoiadas pela frota americana, na Playa Girón (Baia dos Porcos), em 1961. Segundo Fidel Castro, a vitória das forças revolucionárias marcou tal transformação, constituindo uma das mais marcantes peculiaridades do processo de libertação e desenvolvimento independente cubano.

Cuba foi levada a enfrentar os mesmos sucessos e problemas de todos aqueles países que, durante o século XX, ingressaram na construção socialista, quando ainda estavam dando os primeiros passos no longo processo de dissabores e realizações que caracterizam o modo capitalista de produção e distribuição de mercadorias, portanto sem dispor de um alto desenvolvimento das forças produ-

tivas sociais. Da mesma forma que mongóis, poloneses, húngaros, iugoslavos, checoslovacos, alemães orientais e chineses, os cubanos se confrontaram com as contradições práticas e as debilidades teóricas daquilo que Marx teoricamente chamara de transição socialista para o comunismo. Mas, diferentemente dos soviéticos, que não tinham nenhuma outra experiência em que se apoiar, os cubanos podiam aprender com as tentativas de construção do socialismo feitas ao longo das quatro décadas que separavam a Revolução Cubana da Revolução Russa.

Assim, entre 1961 e 1968 a Revolução Cubana buscou um caminho próprio de desenvolvimento, tanto em meio à nascente crise do "modelo soviético" de construção do socialismo na União Soviética, no Leste Europeu e na China, quanto no bojo do impulso de ascensão das guerras de libertação de povos africanos, asiáticos e latino-americanos. O debate que envolveu os revolucionários cubanos nesse período é a melhor expressão dessa busca, mas, por uma série de razões econômicas e políticas, nacionais e internacionais[1], Cuba terminou por mergulhar na construção socialista importando o "modelo soviético", modelo que entrou em crise terminal entre 1985 e 1991.

---

1. Vale relembrar a chamada invasão à Baía dos Porcos, que detonou uma crise histórica. Em 1961, o presidente norte-americano John F. Kennedy deu sinal verde para o plano. O saldo foi de 1.189 prisioneiros e 107 mortos, contra as 161 vítimas fatais nas forças castristas.
Em fevereiro de 1962, Washington aprofundou o embargo econômico contra Cuba. Fidel Castro se volta para Moscou para garantir proteção e Nikita Krushchev consegue convencê-lo de que mísseis fixados nos Estados Unidos seriam melhor do que um acordo militar. A Crise dos Mísseis atingiu seu ápice entre 14 e 27 de outubro, com pico no dia 22, quando Washington determinou bloqueio naval a Cuba e a mobilização de 140 mil homens e Castro mobilizou um efetivo de 400 mil, no caso de uma invasão americana. Um conflito nuclear parecia iminente.
Em 28 de outubro, Krushchev recuou e concordou com a remoção dos mísseis, sob a condição de os Estados Unidos não invadirem Cuba. Moscou negociou a retirada de mísseis americanos da Turquia. Cuba e a então URSS mantiveram uma parceria por quase 30 anos. [N. E.]

A partir daí, até 1998, Cuba fez um esforço sobre-humano para sobreviver ao naufrágio do socialismo de tipo soviético no contexto de uma forte ofensiva mundial de caráter neoliberal. Esse período, que os cubanos chamam de "especial", foi suportado sem mudanças significativas. Tal "modelo soviético" permaneceu mesmo quando a situação interna teve certa melhora, o que ocorreu quando emergiram governos progressistas e de esquerda na América Latina.

No entanto, tendo em conta as dificuldades enfrentadas internamente pelos cubanos, a crise no mundo capitalista desenvolvido, a emergência da China e do Vietnã como países socialistas em forte desenvolvimento, bem como a transformação de antigas semicolônias africanas e asiáticas em países em processo de desenvolvimento industrial, ficou evidente que o modelo de construção socialista em Cuba precisava de profundas reformas para enfrentar os novos desafios nacionais e internacionais. Os debates sobre essas reformas, que os cubanos têm chamado de "atualização", parecem representar uma *retirada estratégica* no contexto dos impasses da emergência progressista na América Latina, África e Ásia, do surgimento da China como país socialista de mercado e como grande potência econômica, da crise capitalista internacional e do reordenamento das relações com os Estados Unidos.

A prolongada revolução nacional anticolonial

Desde o século XVI, os colonizadores espanhóis ocuparam a ilha que fica na entrada do Golfo do México. Aniquilaram as populações indígenas, implantaram plantações escravistas de cana, café e tabaco, e a tornaram escala das naus que percorriam rotas entre a Europa e o continente americano.

O escravismo fez surgir uma classe de latifundiários, com terras cedidas pela Coroa espanhola. Durante o século XIX, essa classe, a aristocracia *crioulla*, já havia se tornado a principal exportadora mundial de açúcar e café, mas se recusou a participar dos movimentos de independência que varreram a América Latina e o Caribe. Tinha a esperança de que a Espanha colonizadora garantiria o contínuo fornecimento de mão de obra cativa e, portanto, a eternidade de seu modo escravista de produzir riqueza.

No entanto, as pressões da nascente burguesia industrial inglesa para a liquidação do tráfico negreiro e do escra-

vismo já eram crescentes, impedindo a Coroa espanhola de cumprir o papel desejado pela aristocracia *crioulla*. Esta vislumbrou então, como saída, a anexação de Cuba à nova república independente norte-americana, em cujos estados sulistas predominava o escravismo. Desde o início do século XIX e, particularmente após 1818, quando foi decretada a abertura dos portos cubanos ao mercado mundial, a nova república continental se transformou rapidamente na maior fornecedora de produtos manufaturados e escravos para a agricultura cubana, enquanto importava grandes volumes de açúcar e tabaco.

Nessas condições, a anexação aos Estados Unidos pareceu, à aristocracia *crioulla* cubana, o caminho natural para manter intocado seu sistema de produção e comércio. Mas a oposição da Inglaterra e da França à expansão da jovem potência capitalista norte-americana freou tal propósito e permitiu à Espanha continuar dominando sua colônia caribenha, embora num ambiente de crescente disputa entre as emergentes potências capitalistas. O aumento da oposição britânica ao comércio escravista gerou consequências econômicas perversas sobre a propriedade fundiária da ilha, levando 95% dos grandes latifúndios açucareiros cubanos a serem hipotecados. E as consequências positivas da independência sobre o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos levaram alguns setores latifundiários cubanos a abraçar as ideias liberais em curso nesse país e na Europa, conduzindo-os a esboçar reclamos de independência e a sugerir a substituição do escravismo.

Foi nesse contexto externo e interno que teve início a primeira guerra de independência, em 1868, com a mobilização de setores sociais intermediários, rurais e urbanos que haviam emergido com a ampliação do comércio externo e com a necessidade de uma produção agrícola e artesanal interna.

A "República em armas", como foi chamado esse primeiro intento de independência nacional, manteve a luta armada por uma década. Embora derrotada pelas tropas espanholas, deixou um legado que perdurou pelos anos posteriores. Convenceu um crescente número de independentistas de que somente a revolução armada seria capaz de derrotar os colonizadores e seus sustentáculos internos. E que, para levar avante tal revolução nacional, seria necessário superar o racismo branco de modo a mobilizar as camadas populares, cuja maioria era composta por escravos e mestiços.

A crise que se abateu sobre Cuba nesse período, resultante da crise de produtividade do escravismo, da queda da produção açucareira, do surgimento de novos concorrentes internacionais e da queda dos preços internacionais, causou mudanças importantes na sociedade de então. Uma parte dos latifundiários e comerciantes *crioullos* passou a investir na indústria, criando um proletariado de pequena dimensão. Outra parte da aristocracia *crioulla* e espanhola passou a se associar aos novos representantes dos capitalismos norte-americano e inglês, concentrando as terras e a produção agrícola.

Concomitante, após a abolição em 1886, os ex-escravos formaram uma massa à procura de terras e trabalho. E emergira uma camada importante de intelectuais *crioullos*,

ambos apresentando novas demandas sociais e políticas que introduziram uma clivagem ainda mais profunda entre cubanos e espanhóis. O resultado mais evidente dessa contradição foi o surgimento do Partido Liberal Autonomista, *crioullo*, que reivindicava reformas no sistema colonial, e do Partido União Constitucional, espanhol, contra qualquer tipo de reforma.

Na medida em que a disputa entre essas duas forças não resultava em qualquer mudança na situação, revitalizaram-se tanto as ideias de independência quanto as de anexação aos Estados Unidos, como alternativas ao falido sistema colonial. A situação era de tal ordem que, como disse Martí, a proposta de anexação não era nada mais "do que o desejo de evitar a revolução".

Foi Martí quem deu consistência teórica à revolução em amadurecimento, propondo construir na luta as bases de uma nova sociedade, sem que isso constituísse um obstáculo ao desenvolvimento da "guerra revolucionária necessária". Para ele, a revolução deveria ser um processo de profundas transformações sociais que precisariam transcender a libertação do colonialismo, proporcionando à República mecanismos democráticos que assegurassem a participação das camadas populares na condução do processo. Em 1895 tal esquema "foi concretizado na criação do Partido Revolucionário Cubano (PRC), órgão diretor da revolução e contribuição martiana à organização da frente patriótica" (Arboleya, 2007).

A revolução nacional e democrática

Em outras palavras, com Martí a revolução nacional cubana conquistou seu aspecto democrático e popular. A guerra de independência, iniciada em 1895, diferentemente das anteriores, se estendeu de um extremo a outro da ilha, e seus efeitos foram devastadores, espalhando-se por todo o país. A base econômica que sustentava o regime colonial foi destruída. A estratégia de queimar canaviais e destruir equipamentos produtivos, assim como a grande participação popular na revolução, empurraram parte dos latifundiários a buscar a solução da contenda através da velha proposta de anexação aos Estados Unidos.

A ilha ficou arruinada e endividada. A Espanha ficou exausta, sem recursos nem energia para continuar a guerra que sustentou durante três décadas contra os patriotas cubanos. O desenlace a favor dos cubanos era questão de tempo, como reconheciam os chefes do exército colonial espanhol. Madri não tinha outro caminho senão capitular e solicitar a paz.

Nesse mesmo período, os Estados Unidos ganharam musculatura de potência capitalista desenvolvida e projetaram expandir-se com base no que mais tarde chamaram "Destino manifesto", levando Martí a prever que os estadunidenses tendiam a se espalhar pelas Antilhas, caindo com força sobre as terras da América, a não ser que Cuba, com sua independência, impedisse tal "destino". Martí, porém, foi morto em combate no início da contenda contra a Espanha e não teve condições de influir sobre o processo político da insurreição.

Nessas condições, quando o Congresso norte-americano revogou o reconhecimento anterior, por pressão inglesa e francesa, do direito de Cuba à independência, e autorizou, com a Resolução Conjunta, em abril de 1898, que suas forças armadas interviessem militarmente na guerra dos cubanos contra a Espanha, as piores previsões de Martí se materializaram.

Os Estados Unidos impuseram à Espanha uma guerra de substituição colonial, tomando-lhe as Filipinas e Guam, no Pacífico, e Porto Rico, no Caribe. Na prática, *realizaram a primeira guerra da nova era de divisão imperialista do mundo*. Em relação a Cuba, empenharam-se em deixar os revolucionários cubanos fora da Conferência de Paz, em Paris, e impor sua prerrogativa de ocupar Cuba.

A Espanha capitulou em 12 de agosto de 1898 e o Tratado de Paris foi firmado em 10 de dezembro. O texto estabelecia a renúncia da Espanha à soberania e propriedade sobre a ilha, mas não fez referência alguma à independência de Cuba, demonstrando as intenções imperialistas

dos Estados Unidos e frustrando as aspirações de liberdade dos patriotas cubanos.

Por outro lado, ao contrário do que Martí havia proposto, os representantes dos diversos agrupamentos do processo revolucionário reuniram-se numa assembleia constituinte, mas não conseguiram superar a mesma divergência que, na revolução de 1868, colocara em campos opostos os civilistas e os militaristas. Com isso, os patriotas cubanos foram incapazes de enfrentar unificadamente o desafio que a interferência norte-americana colocou diante deles.

Embora reconhecendo a "independência de fato e de direito" de Cuba, a Emenda Platt do Congresso dos Estados Unidos estabeleceu seu direito de intervir nos assuntos internos da ilha toda vez que considerasse necessário[2]. Em 1º de janeiro de 1899, as tropas intervencionistas norte-americanas nomearam um general como governador de Cuba, estabeleceram a Base Naval de Guantánamo, e procuraram impor à Assembleia Constituinte cubana que incluísse na Constituição os ditames o direito norte-americano de intervir na ilha.

Durante a gestão do governo intervencionista norte-americano, com a participação de membros da antiga classe dominante *crioulla*, o Exército Revolucionário Cubano, o Partido Revolucionário de Cuba e a Assembleia de Representantes foram desmantelados.

Paralelamente, a penetração de empresas americanas na economia da ilha avançou, substituindo grande parte dos

---

2. Cf. <www.cubagob.cu/otras_info/minfar/enmienda_platt.htm>, acesso em ago. 2015.

antigos latifundiários e dos empresários industriais *crioullos*. Através disso, de empréstimos financeiros, de invasão cultural e do estreitamento dos laços políticos com os adeptos da anexação aos Estados Unidos, a nova potência imperialista subordinou Cuba como uma semicolônia, ou neocolônia, repassando o governo às classes dominantes *crioullas* somente em 1902.

O Tratado de Reciprocidade Comercial entre os Estados Unidos e Cuba, que reduziu em 20% as taxas aduaneiras norte-americanas sobre o açúcar, o tabaco e alguns outros produtos cubanos, ao mesmo tempo que reduzia em 40% as tarifas cobradas pelas aduanas cubanas sobre os produtos manufaturados dos Estados Unidos, foi o principal instrumento de subordinação, desnacionalização e descapitalização da ilha. As classes dominantes locais se entregaram totalmente a essa subordinação, voltando a apelar, em 1907 e em 1916, para a intervenção militar norte-americana como forma de resolver suas querelas internas.

No início dos anos 1920, o capital financeiro dos Estados Unidos já controlava a maior parte da riqueza nacional cubana, monopolizando o sistema comercial e de créditos, e a produção açucareira. Empresas estadunidenses de mineração, energia e agricultura dominavam regiões inteiras, exercendo não só o poder econômico, mas também a influência cultural. Diante disso, a oligarquia *crioulla*, que tinha a propriedade de metade dos engenhos de açúcar do país, apesar de submissa, passou a reclamar que seus interesses também fossem preservados. Esses reclamos levaram o governo de então, a tomar medidas para

controlar a produção açucareira e incentivar outros ramos econômicos, inclusive industriais.

Nessa época, porém, os Estados Unidos ainda não haviam concentrado capitais excedentes em volume considerável para exportá-los e faziam todo o esforço para evitar o desenvolvimento industrial de suas colônias e semicolônias. A subordinação aos interesses norte-americanos emperrava o desenvolvimento econômico, criava mais desemprego e reduzia salários, aumentava os impostos e reduzia o consumo, e fazia crescer a dívida pública. Em 1925 existiam em Cuba apenas 703 fábricas, empregando cerca de 14 mil operários. Esse cenário foi agravado pela crise de 1929, com o consequente aumento das taxas alfandegárias dos Estados Unidos, principal destino das exportações e das matérias primas cubanas.

De qualquer modo, a diversidade social crescera, colocando na cena cultural e política cubana uma série de novos atores. Surgiram sindicatos e confederação de trabalhadores a partir de meados da década de 1920. Em grande parte influenciada por correntes políticas anarquistas, foi fundada a Confederação Nacional Operária de Cuba em 1925. A organização de movimentos universitários nacionalistas precedeu a fundação do Partido Comunista de Cuba – que ocorreu também em 1925 –, que determinava a instauração imediata de uma república socialista e conquistou influência sobre setores consideráveis do operariado e do campesinato. Advogando a combinação do marxismo e do nacionalismo foi fundada no mesmo ano a Liga Anti-imperialista, que indicava a insurreição armada

contra a ditadura de plantão e procurou organizá-la a partir do território mexicano.

As classes dominantes cubanas, por seu lado, passaram a combinar a repressão policial-militar com a ação de sindicatos "amarelos" que disputavam na base a influência sobre as massas trabalhadoras. Mas as consequências da crise iniciada em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova York agravaram todos os problemas econômicos e sociais cubanos, levando ao surgimento de novos atores políticos e a um novo período de extrema turbulência na sociedade da ilha. O Diretório Estudantil Universitário congregou correntes de todos os tipos, de esquerda, centro e direita, e passou a uma confrontação ativa contra o regime de subordinação aos Estados Unidos, com táticas que iam do reformismo ao terrorismo quase sem mediações. Paralelamente, surgiu a Ala Esquerda Estudantil, independente, que fazia frente única com o Partido Comunista, mas atuava independentemente numa série considerável de questões. A União Revolucionária Anti-imperialista, em 1953, aglutinou correntes de esquerda dispostas a realizar uma revolução nacionalista, com base em guerrilhas nas montanhas orientais, que levaria à construção gradual de um Estado socialista.

Ao mesmo tempo, grupos latifundiários em oposição ao governo apresentaram planos de insurreição como forma de neutralizar a esquerda e resolver suas querelas com os setores latifundiários dominantes. A extrema direita intelectual, reunida numa organização cuja sigla era ABC, iniciou um processo de atentados, sabotagens e propagan-

da armada. Essa ebulição generalizada colocou em xeque tanto a ditadura de então (machadista)[3] quanto o intervencionismo norte-americano. Envolvidos em sua própria crise econômica, os capitalistas norte-americanos perderam o papel de "libertadores" e "apaziguadores" e adotaram a política da "Boa vizinhança"[4], tendo principalmente em vista da iminente disputa mundial por uma nova divisão imperialista do mundo.

O resultado de tudo isso foi o fim da ditadura machadista através de um golpe de Estado, e a formação de um governo formalmente nacionalista que rompeu com a Emenda Platt. De composição extremamente heterogênea, esse governo teve curta duração, sendo derrubado por um novo golpe, desta vez militar, dirigido por Fulgêncio Batista. Desse modo, no início dos anos 1940 os cubanos se confrontaram com mudanças externas e internas importantes.

---

3. A ascensão de Gerardo Machado à presidência ocorreu em 1925 como alternativa da oligarquia à crise, tentando conciliar a burguesia cubana com o capital norte-americano. Ao mesmo tempo que fez concessões às camadas social e política, conseguiu reformar a Constituição e implantou uma ditadura pessoal. Apesar disso, o regime machadista não obteve êxito completo na liquidação da oposição, nem na superação da crise mundial de 1929. A partir de então, as várias forças da oposição, em especial operárias e estudantis, lançaram-se uma sucessão de greves, tentativas de insurreição, atentados e sabotagens, contra os quais a repressão do regime de Machado não obteve sucesso e levou o país a uma situação pré-revolucionária. Em 12 de agosto de 1933, incapaz de enfrentar uma greve geral, Machado fugiu de Cuba, sendo substituído por um governo provisório, logo depois derrubado por um golpe militar dirigido por Fulgêncio Batista.

4. A administração Franklin D. Roosevelt, instaurada a partir de 1933 nos Estados Unidos, decidiu influir na crise do regime machadista com uma nova política. Revogou a Emenda Platt, melhorou as cotas açucareiras e assinou um novo tratado de reciprocidade comercial. Ao mesmo tempo, enviou B. Summer Welles a Cuba como embaixador. Foi, porém, apanhada de surpresa pelos acontecimentos internos cubanos. Apesar disso, pressionou a ditadura Batista, incapaz de encontrar uma saída para a situação do país, a dialogar com as forças democráticas e revolucionárias e a promulgar, em 1940, uma Constituição democrática. Essa política norte-americana, denominada de "Boa vizinhança", esteve voltada para a configuração de uma ampla frente de apoio aos Estados Unidos e países aliados na guerra mundial contra o eixo nazifascista (Japão, Itália e Alemanha).

A abolição da Emenda Platt, assim como a política de "Boa vizinhança", refletiam tanto a crise quanto a nova maturidade do imperialismo americano, que não mais necessitava de pretextos legais para proteger seus investidores. Passara a exportar capitais em associação com parceiros da burguesia nativa. No entanto, a situação das grandes camadas populares da população piorava. Setores do campesinato e da pequena burguesia urbana sofriam um crescente processo de proletarização, radicalizando sua atitude política, embora o populismo de Batista, com sua organização paramilitar de ação cívica, neutralizasse em parte tal radicalização.

O desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, com a participação dos Estados Unidos na luta contra o nazismo e o fascismo, mexeu profundamente no tabuleiro econômico e político cubano. Em termos econômicos, abriu canais para o aumento das exportações de açúcar, criando um ambiente mais favorável ao emprego e à renda. No final da guerra a produção açucareira cubana havia crescido 40%, sendo que 90% dessa produção fora exportada para os Estados Unidos.

Em termos políticos, a guerra criou um ambiente favorável a uma frente única nacional, incluindo tanto Batista, num polo, quanto os comunistas, no outro, embora várias correntes de esquerda tenham considerado espúria tal aliança contra o fascismo. De qualquer modo, Batista se vê constrangido a realizar eleições, em 1944, perdendo para Ramón Grau, do Partido Revolucionário Cubano, que se transformara na representação política da burguesia associada ao imperialismo norte-americano.

Neste contexto de efervescência política, em 1947 foi fundado o Partido do Povo Cubano (Ortodoxo), com o objetivo de fazer frente à violência e à corrupção dos sucessivos governos das classes dominantes. Seu principal líder, Eduardo Chibas, era um advogado que havia participado na luta contra a ditadura de Machado e tomara parte no "Governo dos 100 dias" com Antonio Guiteras. O Partido Ortodoxo desempenhou um papel positivo no fortalecimento da consciência patriótica do povo cubano, dele participando Fidel Castro e a maioria dos jovens que mais tarde participaram do assalto ao Quartel Moncada, em 1953.

Em 1948, o Partido Revolucionário Cubano voltou a vencer as eleições, com Carlos Prias, já no contexto da Guerra Fria, de um movimento interno de massas, de tons variados, de fortes contradições internas nas classes dominantes, de emergência de um populismo de direita com nuances de esquerda. Esse populismo, embora defendendo reivindicações populares, cooperou para reprimir as lutas dos trabalhadores e expulsar os comunistas então reorganizados, desde os anos 1940, no chamado Partido Socialista Popular, da direção dos sindicatos.

Essa situação se arrastou até 1952, quando Batista impôs um novo golpe militar, com a adesão completa à Guerra Fria comandada pelos Estados Unidos e uma "mão dura" contra todos os oposicionistas. Com isso, os Estados Unidos voltaram a subordinar diretamente Cuba a seus interesses e a transformaram, inclusive, num reduto para as organizações mafiosas do continente. Essa

situação agravou todos os problemas da semicolônia ou neocolônia cubana. Em primeiro lugar, seu problema nacional, com suas políticas externas e internas subordinadas totalmente aos interesses nacionais da potência imperialista. Em segundo lugar, seu problema democrático, já que as grandes massas do povo já não tinham sequer o direito formal de votar.

Mas a oligarquia que dominava a ilha continuava jactando-se de uma situação interna que pouco tinha a ver com a realidade. A renda *per capita* dos cubanos seria a segunda mais alta da região caribenha. Cuba também possuiria o primeiro lugar no número de televisores, telefones e autos, seria a terceira colocada no consumo de alimentos, e a quarta em termos de alfabetizados.

Essa propaganda, porém, não conseguia mascarar a realidade. Havana concentrava 10% da população da ilha, mas possuía 80% das construções, 70% do consumo elétrico, 62% dos salários, 73% dos telefones e 60% dos automóveis. A essa evidente desigualdade regional adicionava-se o fato de que 68% da população rural viviam em moradias de chão de terra batida e cobertura de palma de guano, 85% não possuíam água potável corrente e 54% não tinham sistema de esgoto sanitário. Os trabalhadores agrícolas ganhavam uma renda média diária de 25 centavos de peso, sendo mínimo o número de famílias que tinham acesso a leite, carne e ovos.

Do total de 6 milhões de habitantes, 223 mil eram apenas parcialmente ocupadas, 154 mil ocupadas sem remuneração e 361 mil permanentemente desocupadas. A

classe trabalhadora assalariada congregava 327 mil operários na indústria, 395 mil nos serviços, 232 mil no comércio e 104 mil nos transportes. O número de trabalhadores assalariados e não assalariados na agricultura era superior a 800 mil.

Do solo agrícola, 70% (cerca de 9,0 milhões de hectares) pertenciam a 159 mil proprietários privados, enquanto 30% (cerca de 1,78 milhões de hectares) eram composto de terras devolutas. A propriedade da terra era altamente concentrada. Cerca de 32 mil propriedades ocupavam 80 mil hectares; outras 30 mil propriedades detinham 210 mil hectares; 24,5 mil propriedades respondiam por 261 mil hectares. Enquanto isso, 780 proprietários controlavam 1,22 milhões de hectares.

A indústria açucareira, que dominava 70% de todas as terras, ocupava 54% da mão de obra empregada. As 2.340 indústrias não açucareiras, por seu lado, com uma média de 100 trabalhadores cada uma, ocupavam os demais 46% da mão de obra empregada. Em contraste, era evidente a riqueza nababesca das empresas norte-americanas, da oligarquia açucareira, da burguesia compradora, da máfia e dos funcionários graduados do estamento governamental.

As propriedades agrícolas pertencentes a empresas americanas produziam 40% do açúcar da ilha, e possuíam 90% dos serviços elétricos e telefônicos, 50% das ferrovias e 23% da indústria não açucareira. Em 1958, os investimentos norte-americanos somavam mais de US$ 1 bilhão. Por outro lado, o capital privado de origem cubana aplicado nos Estados Unidos no início dos anos 1950 era

superior a US$ 260 milhões, alcançado US$ 600 milhões em 1955.

Nessas condições, o sistema semicolonial ou neocolonial cubano se tornara incapaz de resolver os problemas básicos de seu povo, em especial suas expectativas alimentares. A democracia representativa perdera qualquer legitimidade como força política capaz de atacar os problemas que afligiam as camadas populares. E a ditadura de Batista, além de estar desgastada diante da elite norte-americana, se tornara insuportável para o povo cubano. Isto num período histórico em que se multiplicavam as revoluções e guerras de libertação dos povos coloniais e semicoloniais na Ásia e na África, o socialismo estava em ascensão na Europa Oriental e na Ásia, e os Estados Unidos procuravam firmar-se como potência hegemônica do mundo capitalista.